

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	7
<i>Introdução</i>	9

Capítulo I

Teoria Geral da Prova

1. <i>Conceito de “prova”</i>	13
2. <i>Objeto da prova</i>	19
3. <i>Classificação das provas</i>	27
4. <i>Momentos, finalidade e destinatário da prova</i>	33
5. <i>Sistemas de valoração da prova</i>	43
6. <i>Meios, fontes de prova e a questão da prova ilícita</i>	48
7. <i>Presunções, indícios e as máximas de experiência</i>	63

Capítulo II

Ônus da Prova

8. <i>Conceitos de “ônus”, ônus da alegação e ônus da prova</i>	71
8.1 <i>Ônus da prova subjetivo e objetivo</i>	88
8.2 <i>Principais teorias sobre o ônus da prova</i>	93
8.2.1 <i>Teoria de Bentham</i>	94
8.2.2 <i>Teoria de Webber</i>	95
8.2.3 <i>Teoria de Bethmann-Hollweg</i>	95
8.2.4 <i>Teoria de Fitting</i>	96
8.2.5 <i>Teoria de Gianturco</i>	97
8.2.6 <i>Teoria de Demogue</i>	98
8.2.7 <i>Teoria de Chiovenda</i>	99
8.2.8 <i>Teoria de Carnelutti</i>	100
8.2.9 <i>Teoria de Betti</i>	101
8.2.10 <i>Teoria de Rosenberg e Micheli</i>	102



8.3 <i>As regras de distribuição do ônus da prova no Código de Processo Civil e sua importância (art. 333 do CPC)</i>	104
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Capítulo III

A Teoria da Carga Dinâmica da Prova

9. <i>Origem e objetivo</i>	115
10. <i>Presença da teoria no Brasil e no Exterior</i>	124
11. <i>Os princípios do acesso à Justiça, da efetividade do processo e da isonomia processual como justificativas de aplicação da teoria da carga dinâmica da prova</i>	132
12. <i>Possibilidade de aplicação do ônus probatório dinâmico no Brasil diante da interpretação sistemática do parágrafo único, II, do art. 333 e dos arts. 130 e 339 do CPC</i>	143
13. <i>O Código de Defesa do Consumidor como propulsor da aplicabilidade da teoria da carga dinâmica da prova no Brasil</i>	155
14. <i>Críticas à teoria da carga dinâmica e a possibilidade de recurso especial</i>	165
<i>Conclusões</i>	175
<i>Bibliografia</i>	181